

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.625 - SP (2019/0269516-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **SAMUEL DAMIAO DA SILVA**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
MILENA JACKELINE REIS - DEFENSORA PÚBLICA - PR041084
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SAMUEL DAMIÃO DA SILVA contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente delineada no parecer ministerial às e-STJ fls. 197/198, *in verbis*:

Trata-se de agravo interposto tempestivamente contra decisão do Presidente do TJ/SP, que não admitiu recurso especial por incidência da Súmula n. 7/STJ.

2. A defesa argumenta que o caso não exige o reexame de provas. Alega que houve equívoco do tribunal a quo por não reconhecer o princípio da insignificância.

3. O agravo é tempestivo, contudo, as razões não são suficientes para afastar a inadmissibilidade.

4. O magistrado de primeiro grau rejeitou a denúncia apresentada em desfavor do recorrente pela prática do crime do art. 155 c/c art. 14, II, do CP, por incidência do princípio da insignificância. O tribunal a quo deu provimento ao recurso em sentido estrito do MP, determinando o prosseguimento da ação penal. Deixou de aplicar o princípio da insignificância, por considerar que o valor dos bens subtraídos não era insignificante, pois correspondente a mais de 22% do salário-mínimo vigente à época (R\$ 880,00), em 2016 (f. 124-131).

5. Contra o acórdão, a defesa interpôs tempestivamente recurso especial, com fundamento no art. 105, III, a, do CP, apontando violação aos arts. 1º e 155 do CP e 172 e 395, III, do CPP. Alegou a atipicidade material da conduta, em virtude da mínima ofensividade da ação do agente, uma vez que os objetos do crime de furto foram três pacotes de bacalhau, avaliados em R\$ 197,14, restituídos ao estabelecimento proprietário (Supermercado Extra). Nesse sentido, requer o trancamento da ação penal.

Ao final, o *Parquet* opinou pelo desprovimento do agravo.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Preenchidos todos esses requisitos, a aplicação desse princípio possui o condão de afastar a própria tipicidade penal, especificamente na sua vertente material.

No presente caso, entendo que a subtração de **3 pacotes de bacalhau**, que foram restituídos ao Supermercado Extra, demonstra inexpressiva lesão ao bem jurídico tutelado.

Há ainda que se considerar que o delito teria sido praticado sem violência ou grave ameaça, o que também corrobora o entendimento de que a lesão jurídica provocada pode ser considerada como de mínima ofensividade, bem como a reprovabilidade da conduta não seria de gravidade acentuada.

Confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. FALTA DE CABIMENTO. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. BENS DE PEQUENO VALOR RESTITUÍDOS À VÍTIMA. REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. O habeas corpus tem suas hipóteses de cabimento restritas, não devendo vir como sucedâneo do meio próprio cabível.
2. Mesmo diante de writ manifestamente incabível, ao se deparar com evidente coação ilegal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça expedir ordem de ofício.
3. A intervenção do Direito Penal há de ficar reservada para os casos realmente necessários. Para o reconhecimento da insignificância da ação, não se pode levar em conta apenas a expressão econômica da lesão. Todas as peculiaridades do caso concreto devem ser

consideradas, por exemplo, o grau de reprovabilidade do comportamento do agente, o valor do objeto, a restituição do bem, a repercussão econômica para a vítima, a premeditação, a ausência de violência, o tempo do agente na prisão pela conduta etc.

4. Nem a reincidência nem a reiteração criminosa, tampouco a habitualidade delitiva, são suficientes, por si sós e isoladamente, para afastar a aplicação do denominado princípio da insignificância.

5. Na espécie, as oito barras de chocolate foram integralmente restituídas ao supermercado vítima da tentativa de furto, e, não obstante a certidão de antecedentes criminais indicar uma condenação transitada em julgado em crime de mesma natureza, a conduta do paciente não traduz lesividade efetiva e concreta ao bem jurídico tutelado.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem expedida de ofício, extinguindo-se a ação penal. (HC 299.185/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 25/09/2014.)

Ante o exposto, dada a **primariedade do agravante** e a irrelevância da ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora, **conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial** e, reconhecendo a incidência do princípio da insignificância, restabelecer a sentença de e-STJ fls. 65/70.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator